



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

MINUTA Nº 134/2026.

PREGÃO Nº 103/2026.

CONTRATANTE

Município de Ponta Grossa/PR.

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.

CNPJ: 76.175.884/0001-87.

UASG: 987777.

Órgão: Secretaria Municipal da Fazenda.

Endereço: Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda. CEP: 84051-900. Ponta Grossa/PR.

OBJETO

A presente licitação tem como objeto assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de apuração, revisão e identificação de créditos tributários relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), através de pregão eletrônico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e com as características constantes no **ANEXO 1** deste edital e demais.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA ESTA LICITAÇÃO

R\$ 2.000.000,00 (dois milhões reais).

DATA DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE PREÇOS

Dia 10/07/2026 às 09h00min (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Maior desconto - Global - incidente sobre a taxa máxima de remuneração de 20% (vinte por cento), conforme regras estabelecidas neste edital.

MODO DE DISPUTA

Aberto.

TRATAMENTO FAVORECIDO PARA ME / EPP / EQUIPARADAS

Não.

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não.

Licitação aberta a ampla concorrência, baseando-se no artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

LINKS ÚTEIS

[Compras.gov.br](http://compras.gov.br).

[Diário Oficial do Município de Ponta Grossa/PR.](http://diario.official.municipio.pontagrossa.pr.gov.br)

[Portal da Transparência.](http://portal.transparencia.pr.gov.br)

[Portal Nacional de Contratações Públicas.](http://portal.nacional.de.contratacoes.pr.gov.br)

[Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.](http://prefeitura.municipal.pontagrossa.pr.gov.br)

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Pregoeiro: Joelmir Alex Wiest.

Portaria nº 26.034/2025.

E-mail: joelmir.wiest@pontagrossa.pr.gov.br

Telefone: (42) 3220-1000 - ramal 1003.

Horário: 08:00 até às 11:30 e das 12:30 até às 17:00.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Sumário

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO	1
LINKS ÚTEIS.....	1
1. DO OBJETO.....	3
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
3. DOS ANEXOS.....	5
4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV.BR	5
5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	6
6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	8
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO	9
8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES	10
9. DA FASE DE JULGAMENTO	13
10. DA DISPUTA NO SISTEMA ABERTO.....	17
11. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.....	18
12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.....	18
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO	19
14. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO	21
15. DA PROPOSTA FINAL ESCRITA E DO FORNECIMENTO	24
16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	25
17. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	25
18. DOS RECURSOS	26
19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	27
20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	27
21. DO TERMO DE CONTRATO.....	29
22. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO	30
23. DO REAJUSTE CONTRATUAL.....	30
24. DOS ADITIVOS DE VALOR DE CUSTOS NÃO PREVISTOS NO ORÇAMENTO INICIAL ...	31
25. DO REEQUILÍBRIO	31
26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	32
ANEXO 1	34
ANEXO 2	53
ANEXO 3.....	55
ANEXO 4.....	56
ANEXO 5.....	57
ANEXO 6.....	58





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2026.

Torna-se público que o **Município de Ponta Grossa/PR**, através do Departamento de Compras e Contratos da Secretaria Municipal de Administração, sito à Avenida Visconde de Taunay, 950, no bairro da Ronda, nesta cidade, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 26.034/2025, realizará a licitação sob a modalidade **pregão eletrônico**, do tipo maior desconto - Global, conforme descrito neste edital e seus anexos.

O presente pregão é baseado na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 12.222/2015 e Lei nº 8.078/1990, todas com as alterações posteriores e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Este edital está disponível aos interessados no Portal da Transparência, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ainda disponibilizado no portal do Compras.gov.br, plataforma onde será realizado o processo deste certame.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de apuração, revisão e identificação de créditos tributários relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), através de pregão eletrônico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e com as características constantes no **ANEXO 01** deste edital e demais.

Obs.: A contratação observará a realização de Prova de Conceito, nos termos previstos neste Edital e no Termo de Referência.

1.2 A licitação será realizada em único item.

1.3 Grupos / Lotes / Itens

OBS.: A especificação técnica dos itens é obtida por meio de aproximações com os códigos CATMAT/CATSER, não sendo passível de edição pelo órgão promotor do certame. Assim, sempre que houver divergência entre a especificação apresentada no sistema Compras.gov.br e a descrição constante no Termo de Referência ou no Edital, prevalecerá a especificação contida no Edital.

LOTE 1

Valor Máximo do Lote: R\$ 2.000.000,00.

Cód. CAT / SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Total (R\$)
701	1	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de apuração, revisão e identificação de créditos tributários relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).	SVÇ	1	2.000.000,00	2.000.000,00

1.4 Valor máximo estimado para este Pregão: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões reais).

1.5 Observações quanto a operacionalização do certame na plataforma Compras.gov.br





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

1.5.1 Para fins de participação na presente licitação, os licitantes deverão observar que o valor estimado da contratação, fixado em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), constitui apenas o limite máximo estimado para eventual remuneração da contratada durante toda a vigência contratual, não sendo objeto da disputa de lances e não representando garantia de faturamento, arrecadação ou remuneração mínima.

1.5.2 A remuneração da contratada ocorrerá exclusivamente mediante êxito, incidindo sobre os valores efetivamente recuperados, arrecadados ou reconhecidos em favor do Município em decorrência dos serviços prestados, nos termos estabelecidos no Termo de Referência e no Contrato.

1.5.3 Para fins de julgamento das propostas, fica estabelecido o percentual máximo de remuneração de 20% (vinte por cento), incidente sobre os valores efetivamente recuperados ou arrecadados.

1.5.4 A disputa entre os licitantes ocorrerá exclusivamente sobre esse percentual máximo de remuneração, mediante a oferta de descontos sucessivos.

1.5.5 Dessa forma, será considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o maior desconto sobre o percentual máximo de 20% (vinte por cento), resultando no menor percentual de remuneração para a Administração.

1.5.6 Para fins operacionais do sistema Compras.gov.br, os licitantes deverão cadastrar e ofertar lances observando as orientações constantes neste edital e no sistema eletrônico, sendo certo que a disputa se refere exclusivamente ao percentual de remuneração da contratada e não ao valor estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

1.5.7 Para fins exclusivamente operacionais da plataforma Compras.gov.br, o percentual de remuneração da contratada será representado numericamente em reais, adotando-se como referência o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), correspondente ao percentual máximo de 20% (vinte por cento).

1.5.8 Os licitantes deverão ofertar lances sucessivos e decrescentes, observando o intervalo mínimo definido pelo sistema. Cada redução no valor ofertado corresponderá diretamente à redução do respectivo percentual de remuneração, a título de exemplo, na forma que:

- a) R\$ 20,00 corresponderá a 20,00%;
- b) R\$ 19,90 corresponderá a 19,90%;
- c) R\$ 15,00 corresponderá a 15,00%;
- d) R\$ 10,00 corresponderá a 10,00%.

1.5.9 Assim, será considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o menor valor na plataforma, correspondente ao menor percentual de remuneração ofertado.

1.5.10 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem percentual superior ao limite estabelecido.

1.6 Informa-se que este valor é uma estimativa inicial para a fase de lances e disputa deste pregão pelos licitantes.

1.7 As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e poderá haver a elaboração do Termo de Contrato ou a sua substituição por outro instrumento equivalente, similar e legal, da forma prevista na lei nº 14.133/2021.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 O orçamento estimado desta licitação não será de caráter sigiloso.

2.2 A indicação da dotação orçamentária será efetivada apenas na emissão das contratações, que será vinculada à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município, deste exercício.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

2.3 Esta licitação ocorrerá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

05.005.04.122.0223.2.030.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

2.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondente, mediante apostilamento.

3. DOS ANEXOS

3.1 Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.

ANEXO 2 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA O LICITANTE VENCEDOR.

ANEXO 3 - DECLARAÇÕES CONJUNTAS.

ANEXO 4 - DECLARAÇÃO DAS NORMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

ANEXO 5 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPE TÉCNICA.

ANEXO 6 - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

3.2 Os valores constantes do anexo 1, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

3.3 O Valor Unitário - R\$ - deverá corresponder ao preço unitário por item ao qual será acrescido a carga tributária incidente, que correrão à conta do licitante.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV.BR

4.1 Este pregão será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia - em todas as suas fases através de **pregão eletrônico no Compras.gov.br**.

4.2 A participação neste pregão eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

4.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

4.4 Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao provedor do sistema adotado pelo comprador por meio da Central de Atendimento pelo telefone: **0800 978 9001** ou pelo Portal de Atendimento: <https://portaldeservicos.gestao.gov.br/>.

4.5 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras.

4.6 A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

4.7 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

4.8 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.9 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.10 Os trabalhos serão conduzidos preferencialmente por empregado efetivo municipal, denominado Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Compras.gov.br, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de maior desconto;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- i) elaborar a ata da sessão;
- j) encaminhar o processo à autoridade competente para homologar e autorizar a contratação;
- k) declarar o vencedor;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

4.11 A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e também todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.

5.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.3 Que não estejam cumprindo as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e Decreto Municipal nº 21.635/2023.

5.4 O proponente precisa estar ciente de todos os documentos de habilitação exigidos, bem como precisa ter ciência das informações e obrigações decorrentes desta licitação.

5.5 Não será concedido nesta licitação tratamento favorecido para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

5.6 É vedada a participação de empresas que:

- a) aquele que não atenda às condições deste edital e seu (s) anexo (s);
- b) sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto desta licitação;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

c) concordatárias, ou que estejam submetidas a processo de recuperação judicial, salvo neste caso, desde que comprove mediante certidão do juízo da recuperação condições financeiras para atender o objeto da contratação, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

f) empresas estrangeiras que não tenham representação ou filial no País;

g) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

h) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

i) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

j) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

k) agente público do órgão ou entidade licitante;

l) organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

5.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

5.8 O impedimento de que trata o item 5.6 “h” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

5.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.6 “e” e 5.6 “f” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

5.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.11 O disposto nos itens 5.6 “e” e 5.6 “f” não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

5.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

5.13 A vedação de que trata o item 5.6 “k” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria jurídica.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

6.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

6.5 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência quando indicados no Termo de Referência, para usufruir do benefício.

6.6 O fornecedor enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

6.7 A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada, ou por superação dos limites de receita bruta anual, de que trata o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006 **não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.**

6.8 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

6.9 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 e/ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023, e neste edital.

6.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 O preenchimento da(s) proposta(s) no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

7.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.3 Valor ou desconto total do item;

7.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na final, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.10 As propostas que ao final da disputa e da negociação estiverem com valores superiores ao máximo fixado no edital (referente ao valor unitário do item/grupo) poderão ser desclassificadas.

7.11 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.12 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.13 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

7.14 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

7.15 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Fiscalização competentes, após o devido processo legal.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste edital.

8.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

- 8.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Comissão de Apoio e os licitantes.
- 8.4** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 8.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 8.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8** Ante a previsão contida no art. 19 da IN nº 73/2022, Acórdão nº 1.625/2021 - TCU-Plenário, visando coibir a oferta de descontos irrisórios por parte de licitantes, prática que prejudicaria a competitividade em certames e, por consequência, a obtenção de melhores propostas, e como não há determinação nas normativas em relação ao valor a ser estabelecido para o intervalo mínimo entre lances, o qual fica submetido ao critério discricionário do órgão contratante, fica definido que:
- a) a estipulação do percentual a ser definido no edital está na esfera discricionária do órgão, devendo ser observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, à medida que a legislação não determina o valor que se deve nele inserir.
 - b) diante disso, poderá ser estabelecido o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta poderá ser de 0,5% (cinco décimas por cento), podendo ser convertido em valor numérico (R\$ - reais) conforme artigo 57 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.10** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.11** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.12** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.13** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.14** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.15** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.16** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio.
- 8.17** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 8.18** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015).

8.19 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

8.20 Nessas condições, as propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22 Caso a microempresa (ME) ou a empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.26 Em conformidade com o disposto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que prevê como critério de desempate entre duas ou mais propostas o desenvolvimento de programa de integridade pelos licitantes, esta Administração Pública Municipal informa que adotará tal critério neste certame, seguindo as regras da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025 até que haja regulamentação específica local, para não comprometer a isonomia, a transparência e a segurança jurídica do processo licitatório.

8.27 A comprovação, caso seja exigida, pode se dar através de documentos que descrevem a estrutura do programa, como a cópia do Código de Ética e Conduta, cópia dos Relatórios de Implementação e Monitoramento do Programa atestando a realização de avaliações de risco, treinamentos, canais de denúncia e a resposta a desvios.

8.28 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.29 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.30 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.31 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

8.32 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.33 A negociação será realizada por meio do sistema e terá como tempo de duração para manifestação do licitante convocado o período de cinco (cinco) minutos, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.34 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.35 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

8.36 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.37 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sicafe;
- b) Regularidade referente a punições vigentes aplicadas mediante a apresentação da Certidão Negativa Correicional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa - CNJ;
- d) Consulta consolidada de pessoa jurídica - TCU;
- e) Cadastro de restrições ao direito de contratar / exercer cargo em comissão - TCE/PR;
- f) Cadastro de empresas penalizadas - PMPG/PR.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

- 9.2** Poderá o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, a seu critério, promover a juntada das certidões do item 9.1, juntamente com os documentos de habilitação. A não apresentação dos documentos acima não acarretará na inabilitação do licitante.
- 9.3** A consulta aos cadastros será realizada no CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.
- 9.4** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Comissão de Apoio diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.5** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.6** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 9.7** Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.8** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.9** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.10** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Comissão de Apoio verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 9.11** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 9.12** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Comissão de Apoio examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
- 9.13** Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.
- 9.14** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) contiver vícios insanáveis;
 - b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - c) que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
 - d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.15** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, especialmente quando os valores de desconto ofertados forem superiores a 50% (cinquenta por cento), poderá o Pregoeiro/Comissão de Apoio conceder prazo de 24 horas para o licitante demonstrar documentalmente a exequibilidade de sua proposta comercial, tendo em vista a inversão do ônus da prova, conforme Acórdão nº 1.927/2024 do Tribunal Pleno do TCE/PR e conforme Instrução Normativa nº 73/2022, art. 34.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

9.16 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.17 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9.18 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.19 Para fins de julgamento da proposta, será considerada a proposta final enviada pelo licitante. Privilegiando a obtenção da proposta mais vantajosa para o município de Ponta Grossa/PR, o licitante poderá, mediante justificativa, corrigir ou alterar, com a anuência da Administração Pública. Esta julgará a proposta final do licitante, observando as especificações do item com base no Termo de Referência.

9.20 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

9.21 DA PROVA DE CONCEITO

9.21.1 O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado para realização de Prova de Conceito (PoC), destinada a verificar a conformidade da solução ofertada com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

9.21.2 A Prova de Conceito ocorrerá em data, horário e local previamente informados pelo Pregoeiro/Órgão demandante, sendo facultado o acompanhamento pelos demais licitantes.

9.21.3 A avaliação será realizada por comissão técnica designada pela Administração, observando os critérios objetivos previstos no Termo de Referência.

9.21.4 O resultado da Prova de Conceito será formalizado em relatório técnico circunstanciado e juntado aos autos do processo.

9.21.5 O não comparecimento, a não realização da demonstração ou a reprovação na Prova de Conceito implicará na desclassificação da proposta.

9.21.6 Em caso de reprovação, será convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

9.22 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9.23 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.24 Por meio de mensagem no sistema, ou através do edital e/ou Termo de Referência constará e será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

- 9.25** Os resultados das avaliações serão publicados em Diário Oficial do Município (DOM), juntados ao processo eletrônico e divulgados por meio de anexos no sistema.
- 9.26** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Comissão indicada no Termo de Referência, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste edital, a proposta do licitante será recusada e o licitante será considerado inabilitado/desclassificado.
- 9.27** Se a proposta apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o Pregoeiro/Comissão de Apoio analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação sucessiva, até que uma atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 9.28** O Pregoeiro/Comissão de Apoio realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 9.29** O Pregoeiro/Comissão de Apoio concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73/2022.
- 9.30** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 9.31** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.32** O Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, através de e-mail ou do campo próprio do sistema, no prazo máximo de 24 horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.33** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio.
- 9.34** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.35** Dessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas.
- 9.36** Havendo necessidade, o Pregoeiro/Comissão de Apoio suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.
- 9.37** O Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.
- 9.38** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

9.39 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro/Comissão de Apoio verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

10. DA DISPUTA NO SISTEMA ABERTO

10.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

10.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.6 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.8 Fica a critério do(a) Pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, somente durante a disputa de lances.

10.9 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do maior desconto registrado.

10.10 O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

10.11 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

10.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Comissão de Apoio persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.13 O sistema informará a proposta de maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de maior desconto.

10.14 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

10.15 Se a proposta ou o lance de maior desconto não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

11. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

11.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de maior desconto não tiver sido ofertada por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de maior desconto, será procedido o seguinte:

a) a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) / Sociedades Cooperativas, melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) no caso de empate de propostas apresentadas por Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem no limite estabelecido, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”;

c) não sendo vencedora a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) melhor classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1 A proposta apresentada pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será analisada quanto à sua aceitabilidade, observando-se os seguintes critérios:

12.1.1 Compatibilidade com o preço estimado da contratação, podendo ser desclassificada a proposta que apresentar valor global ou unitário superior ao estimado pelo Edital, salvo negociação e justificativa devidamente aceita pela Administração;

12.1.2 Exequibilidade dos preços ofertados, com análise detalhada da composição dos custos de mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, insumos, equipamentos, transporte, benefícios e demais despesas envolvidas, bem como o lucro, considerando-se indícios como valores manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os custos de mercado, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021;

12.1.3 Conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, sendo desclassificada a proposta que não atenda às exigências mínimas estabelecidas;

12.1.4 Aprovação na Prova de Conceito, quando exigida pelo Termo de Referência;

12.1.5 Conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou instrumento coletivo aplicável, especialmente quanto a salários, pisos da categoria, benefícios obrigatórios, adicionais legais e encargos, quando aplicável;

12.1.6 Adequação da planilha de composição de custos e formação de preços, quando exigida, verificando-se a coerência entre os insumos, quantitativos e valores apresentados, devendo apresentar, de forma clara e detalhada, todos os componentes da remuneração dos profissionais e dos custos indiretos;

12.1.7 Compatibilidade entre o quantitativo de profissionais, jornada de trabalho e escala de execução com as exigências previstas no Termo de Referência;

12.1.8 Adequação dos custos indiretos e do BDI, quando aplicável, incluindo despesas administrativas, tributos e lucro;

12.1.9 Regularidade formal da proposta, incluindo a correta identificação do objeto ou descrição dos serviços, quantitativos, prazos, condições de execução e demais elementos exigidos no edital;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

12.1.10 Análise de eventual erro material, podendo o pregoeiro promover diligência para esclarecimentos, desde que não implique alteração substancial da proposta;

12.1.11 Negociação, quando cabível, com o licitante melhor classificado, visando à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

12.1.12 Para fins de julgamento, será considerada a PROPOSTA FINAL apresentada pelo licitante. Visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, poderá ser admitida, mediante JUSTIFICATIVA do licitante, a correção ou alteração, DESDE QUE mantidas as especificações previstas no Termo de Referência. A Administração realizará o julgamento da proposta final em conformidade com as especificações do item estabelecidas no Termo de Referência.

12.2 Poderão ser realizadas diligências para aferir a exequibilidade da proposta, sendo facultado ao licitante comprovar a viabilidade de seus preços mediante apresentação de documentos complementares.

12.3 Será desclassificada a proposta que:

12.3.1 Contenha vícios insanáveis;

12.3.2 Não obedeça às especificações técnicas;

12.3.3 Apresente preços inexequíveis ou permaneça acima do orçamento estimado, quando não houver negociação exitosa;

12.3.4 Não apresente, quando solicitado, os documentos comprobatórios de exequibilidade.

12.4 Documentos para análise da exequibilidade, quando a oferta final ultrapassar o montante de 50% de desconto em relação ao valor estimado do item / grupo:

12.4.1 Planilha de composição de custos e formação de preços;

12.4.2 Comprovação de custos diretos, indiretos e de insumos (notas fiscais, contratos com fornecedores, tabelas oficiais);

12.4.3 Convenção coletiva de trabalho (quando envolver mão de obra);

12.4.4 Demonstração de encargos sociais e trabalhistas.

12.5 Documentos para validação da proposta comercial final:

12.5.1 Proposta atualizada após a fase de lances;

12.5.2 Declaração de validade da proposta;

12.6 Documentos para serviços

12.6.1 Comprovação da relação de equipe e qualificação - esta comprovação do vínculo poderá ser realizada por meio de contrato social, carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 A habilitação dos fornecedores não será verificada exclusivamente por meio do SICAF, devendo o licitante apresentar os documentos de habilitação exigidos no item 13, bem como os anexos do edital. Portanto, a apresentação do documento do SICAF não substitui a apresentação dos documentos de habilitação do item 13.

13.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.4 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.5 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

13.6 A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos ou nos documentos exigidos no edital.

13.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.9 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

13.10 A verificação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.11 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até duas horas, prorrogável por igual período, contado da convocação/solicitação do Pregoeiro/Comissão de Apoio.

13.12 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

13.13 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.14 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.15 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.16 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 12.12, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes no prazo mínimo de duas horas para:

- a) a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

d) suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.17 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.18 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Comissão de Apoio examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.9.

13.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.21 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

13.22 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.23 A condição de pré-existência do documento de habilitação será avaliada, tendo por base a data de abertura da sessão pública do certame quanto ao licitante vencedor, e a data do aceite, após a convocação, quanto aos licitantes remanescentes.

13.24 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de duas horas até cinco dias úteis, a depender da documentação solicitada, sob pena de inabilitação. (Art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67/2021).

13.25 Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

14. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

14.1 Da inserção dos documentos

14.1.1 Os licitantes deverão apresentar a situação de regularidade na forma dos artigos 62 a 70, da Lei nº 14.133/2021, sendo os documentos a serem apresentados para cumprimento destas exigências conforme relação abaixo.

14.1.2 Não serão aceitos documentos enviados via e-mail.

14.1.3 Documentos encaminhados e que estejam ilegíveis, impossibilitando a análise por parte do Pregoeiro, poderão sofrer diligência para sanar a dúvida.

14.1.4 A proposta final e os documentos de habilitação e documentação técnica deverão ser anexados em campo próprio no sistema Compras.Gov no prazo de até 2 (duas) horas após o término da fase de disputa do certame, preferencialmente em formato PDF. Somente da empresa indicada como vencedora.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

14.1.5 Em relação as assinaturas dos documentos exigidos no momento da habilitação, todos deverão estar assinados, podendo ser de forma digital, eletrônica, física ou com firma reconhecida em cartório, pelo representante legal da proponente.

14.1.6 Recomenda-se que preferencialmente sejam no formato digital ou eletrônico.

14.2 Da habilitação jurídica

14.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

14.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

14.2.3 Registro comercial, no caso de empresa individual.

14.3 Da habilitação fiscal, social e trabalhista

14.3.1 Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**) ou prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**).

14.3.2 Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal (dívida ativa)** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.

14.3.3 No caso de municípios que mantêm **Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados**, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros.

14.3.4 Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.

14.3.5 Prova de regularidade relativa à **Fazenda Nacional**, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, através da **Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

14.3.6 Prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943. (Inciso incluído pela Lei nº 12.440/2011).

14.3.7 Prova de regularidade relativa a Seguridade Social e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

14.3.8 Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. (Caso seja isento a licitante deverá apresentar declaração informando tal situação ou a declaração narrativa).

14.4 Da habilitação econômico-financeira

14.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante.

14.4.2 Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

14.4.3 A certidão negativa de falência do Distrito Federal, só será aceita, quando a empresa licitante tiver sua sede naquela unidade federativa.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

14.5 Da habilitação técnica-profissional e/ou operacional

14.5.1 Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

14.5.1.1 Para fins de qualificação técnica, será exigida a comprovação de execução anterior das parcelas de maior relevância técnica e/ou valor significativo do objeto, conforme discriminadas no Termo de Referência, em quantitativo mínimo correspondente a até 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas para cada parcela exigida.

14.5.1 Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação.

14.5.2 Comprovação da relação de equipe e qualificação - esta comprovação do vínculo poderá ser realizada por meio de contrato social, carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.

14.5.3 Registro ou inscrição na entidade profissional competente.

14.6 Da participação de empresas em consórcio

14.6.1 Pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, além dos documentos exigidos acima, devem ser apresentados os seguintes:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

14.7 Das declarações

14.7.1 A(s) declaração(ões) devem(rão) ser assinada(s), podendo ser de forma digital, eletrônica ou física pelo representante legal da proponente, com timbre e identificação da empresa e com data:

- a) declaração conjunta.
- b) declaração das normas de medicina e segurança do trabalho.
- d) declaração de disponibilidade de equipe técnica.

14.7.2 Poderá ser utilizado o(s) modelo(s) da(s) declaração(ões) no(s) anexo(s) do edital.

14.7.3 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

14.7.4 Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) / Sociedades Cooperativas, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

14.7.5 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do artigo 43 da Lei nº 147/2014.

14.7.6 A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14.7.7 É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

14.7.8 As declarações falsas relativas ao cumprimento de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das sanções cíveis e criminais.

14.7.9 Na falta de validade expressa nas Certidões Negativas e/ou documentos emitidos sem prazo de validade, deverão ser apresentados com data de emissão inferior ou igual 90 (noventa) dias corridos.

15. DA PROPOSTA FINAL ESCRITA E DO FORNECIMENTO

15.1 As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

15.2 Não serão aceitos documentos para habilitação enviados via Correios ou via e-mail.

15.3 Documentos técnicos e amostras, solicitados no edital, serão analisados pela Comissão Técnica informada em edital.

15.4 Após a emissão do empenho ou Termo de Contrato a empresa será convocada para entrega do objeto.

15.5 Em se tratando de Compras, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias da efetiva entrega do objeto, pelo fiscal do Termo de Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.6 Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 10 (dez) dias da efetiva entrega do objeto.

15.7 Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução.

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

15.8 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.9 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante relatório de fiscalização.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

15.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

15.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo de Contrato.

15.12 Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pela Administração e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

15.13 Caso haja problemas na inserção dos documentos a empresa deverá entrar em contato com o suporte do sistema eletrônico, para saná-los, por meio da Central de Atendimento pelo telefone: **0800 978 9001** ou pelo Portal de Atendimento: <https://portaldeservicos.gestao.gov.br/>.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a) nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados via sistema eletrônico – chat – para acompanhar a sessão reaberta.

17. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 Até três dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório, e deverão ser encaminhados via e-mail informado no edital.

17.2 Caberá ao Pregoeiro encaminhar a petição sobre esclarecimentos e impugnações, apoiado pelo setor técnico responsável ou pela Procuradoria Jurídica, conforme o caso.

17.3 Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e/ou e-mail).

17.4 Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro e divulgados em sítio eletrônico oficial do município (Portal da Transparência) no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme art. 164, par. único da Lei nº 14.133/2021 e art. 81 do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

17.5 Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.6 Quaisquer pessoas são partes legítimas, inclusive os interessados em participar da licitação, poderão impugnar os termos do presente edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 em até 03 (três) dias úteis, antes da realização do certame, devendo se manifestar via e-mail, cabendo ao Pregoeiro encaminhar o pedido aos responsáveis para análise e decisão sobre a impugnação.

17.7 A resposta à impugnação será divulgada no sítio eletrônico oficial do município e/ou no Portal da Transparência, no Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

17.8 As impugnações poderão suspender os prazos previstos no certame.

17.9 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.10 A petição pleiteando a impugnação deverá ser direcionada ao Pregoeiro, e deverá conter a qualificação do impugnante, a matéria impugnada, os fundamentos da impugnação e o pedido.

17.11 A petição apresentada fora do prazo, e/ou sem um dos requisitos acima especificados, poderá não ser conhecida.

17.12 Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

18. DOS RECURSOS

18.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

18.2 O prazo recursal é de três dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

18.3 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção em campo próprio de sistema, que será incluído no processo da licitação, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- d) os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

18.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de três dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

18.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de três dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, que se encontra definida no Decreto Municipal nº 21.500/2023, em seu art. 16, inciso VIII.

18.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: Portal da Transparência.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

18.11 A falta de manifestação no prazo estabelecido em edital, autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

18.12 A manifestação deve especificar o fato que justifica a alegação de inexecução da proposta, de não atendimento de requisito de habilitação, ou de outra causa que impõe a revisão do ato que declarou o vencedor do certame.

18.13 Os recursos deverão conter a qualificação do recorrente, a decisão recorrida, as razões do recurso, o pedido de nova decisão e já deverão ser instruídos com todos os documentos que o recorrente achar pertinente para a comprovação das suas alegações.

18.14 O recurso somente terá eficácia se o representante legal da recorrente tiver formalizado sua intenção de recorrer na audiência de abertura deste pregão.

18.15 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

18.16 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital se excluirá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

18.17 A decisão final proveniente das impugnações e recursos será publicada no Diário Oficial do município de Ponta Grossa/PR e no Portal da Transparência juntamente com o parecer jurídico, sendo que deste ato não caberá recurso.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1 O objeto da licitação será adjudicado / homologado pela autoridade competente, nos termos do art. 7º do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.2. Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

20.3. Multa compensatória

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

20.4. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida, porém não restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.5. De 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

- a) para aquele que deixar de entregar a documentação exigida, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) para aquele que não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- c) em caso de recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, o Termo de Contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido;
- d) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

20.6. De 11% (onze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato;

20.7. De 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do Termo de Contrato.

20.8. Multa moratória:

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta por cento) do valor contratado. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade;
- b) descontado do valor da garantia prestada;
- c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis;
- d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

Em caso de não cumprimento da obrigação de pagamento, por parte da Administração Pública Municipal, nas datas estabelecidas no art. 87 do Decreto Municipal nº 21.500/2023 ou edital, caberá a atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado entre o termo final para adimplemento e a data do efetivo pagamento.

20.9. Impedimento de licitar e contratar

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

20.10. Impedimento pelo período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, porém não restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

20.11. Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

- a) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

20.12. Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- c) não celebrar o Termo de Contrato, não assinar a ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

20.13. Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.

- a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total do Termo de Contrato.

20.14. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.15. Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 o contratado está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mesmo.

20.16. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

20.17. Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

21. DO TERMO DE CONTRATO

21.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

21.2. O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

21.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) disponibilizar acesso a um sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até cinco dias; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de cinco dias para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

21.4. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

21.5. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

21.6. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste edital;

21.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

21.8. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

21.9. A Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) do Município de Ponta Grossa/PR poderá se beneficiar dos quantitativos contratados, conforme previsto no edital e no Termo de Referência (anexo 1).

21.10. A participação se dará mediante manifestação formal das entidades interessadas, observando os procedimentos administrativos cabíveis.

21.11. Os quantitativos previstos poderão ser ajustados conforme necessidade da Administração Direta e/ou Indireta, respeitando os limites definidos no instrumento convocatório.

21.12. Cada ente ou entidade participante firmará seu próprio contrato, assegurando os quantitativos especificados no Termo de Referência e garantindo a execução do objeto conforme as especificações estabelecidas.

22. DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO DO CONTRATO

22.1 Quando exigida a prestação de garantia de proposta / contratual, será conforme estabelecido no Termo de Referência e legislação vigente.

22.2 O reajuste de preços será aplicado sobre o valor contratual vigente, mantendo-se o percentual de desconto ofertado pelo Contratado na proposta que resultou na adjudicação do objeto, de modo a preservar a equação econômico-financeira inicial do ajuste.

23. DO REAJUSTE CONTRATUAL

23.1 Independentemente do prazo de duração do contrato, utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preços no dia 06/04/2026.

23.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

23.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros de último reajuste.

23.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

23.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

23.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24. DOS ADITIVOS DE VALOR DE CUSTOS NÃO PREVISTOS NO ORÇAMENTO INICIAL

24.1 Para aditivos de valores cujos serviços e materiais não constarem do orçamento inicial deverão ser integrados com a Tabela SINAPI atualizada, e na falta desta, por meio de Pesquisa de Preço, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, aplicado menos o desconto da proposta e mais o BDI ofertado, no caso de obras e serviços de engenharia.

24.2 A fórmula relativa ao item anterior é: (X) valor do aditivo a ser realizado, (A) o valor do item resultante da Tabela SINAPI/Pesquisa de Preço, (B) menos a taxa de desconto ofertada pela licitante, (C) somado ao BDI de __%, logo: $X = A - B + C$.

24.3 Os custos que se refere o item 22.7, incluídos em aditivos, terão como referência para o cálculo do reajuste a data do orçamento ou proposta específica de cada aditivo, reconhecendo que cada aditivo possui base de cálculo distinta.

24.4 O prazo mínimo de um ano para aplicação de reajustes subsequentes será contado a partir da data do último reajuste efetivamente aplicado à respectiva parcela ou serviço do contrato, de modo que o contrato original e cada aditivo mantenham bases e prazos próprios para reajustes.

25. DO REEQUILÍBRIO

25.1 A análise de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro levará em consideração, de forma preponderante, se a alteração do custo não se enquadra na álea ordinária (riscos normais e previsíveis) assumida pelo contratado no momento da apresentação de sua proposta.

25.2 Surgindo fato desencadeador ocorrido após assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio.

25.3 O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.

25.4 O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por aditivo contratual.

25.5 Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

25.6 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

25.7 A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

26.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Pregoeiro informará nova data e horário, via sistema, desde que não haja comunicação em contrário.

26.3 Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

26.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.9 Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

26.10 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras.Gov (Catmat/Catserv) e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

26.11 O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial da Prefeitura de Ponta Grossa/PR - [Portal da Transparência](#).

26.12 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

26.13 É facultado ao Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.14 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

26.15 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

26.16 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.17 O Município de Ponta Grossa poderá:

- a) anular a Licitação se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
- b) revogar a presente licitação, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

26.18 A contratada não terá direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade.

26.19 A presente licitação poderá ser revogada, a critério da Administração, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

26.20 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Ponta Grossa/PR.

26.21 Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 124, seus parágrafos e incisos da Lei nº 14.133/2021.

26.22 O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática de colusão”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Ponta Grossa/PR, 23 de junho de 2026.

Assinado por:

Claudio Grokoviski

23/06/2026 - 17:53

OYTDMLPQLAZLK9DTZEOCG

Cláudio Grokoviski

Secretário Municipal da Fazenda





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO GERENCIADOR

Órgão: Secretaria Municipal da Fazenda

CNPJ: 76.175.884/0001-87

Endereço: Avenida Visconde de Taunay, 950- Ronda - CEP: 84.051-000. Ponta Grossa- PR

Fone: (42) 3220-1000 - ramal 1121.

Endereço eletrônico: sefaz.pg@pontagrossa.pr.gov.br

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII 'a' 'i' Lei 14.133/2021).

1.1 Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de apuração, revisão e identificação de créditos tributários relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), com remuneração vinculada ao êxito, incidentes sobre os pagamentos realizados pelo Município de Ponta Grossa, abrangendo a administração direta e indireta, referentes aos últimos 60 (sessenta) meses, observados os prazos prescricionais aplicáveis e limitada a recuperação aos créditos não prescritos. Os serviços incluem a elaboração de relatórios, demonstrativos e minutas técnicas destinadas a subsidiar a atuação administrativa do Município, não se caracterizando como prestação de serviços advocatícios ou representação judicial. A execução deverá contar com o uso de plataforma tecnológica própria da contratada, utilizada exclusivamente como ferramenta de apoio à execução dos serviços, não se caracterizando como objeto da contratação.

1.2 Especificações

1.2.1 O serviço compreende:

- Análise de documentos fiscais e financeiros;
- Cruzamento de dados tributários;
- Identificação de inconsistências;
- Apuração de créditos de IRRF;
- Elaboração de relatórios técnicos;
- Geração de subsídios para atuação administrativa do Município, inclusive da Procuradoria Geral do Município.

1.2.2 A remuneração pelos serviços prestados será exclusivamente na forma de parcela de sucesso, sendo devida somente após a efetiva recuperação de créditos, caracterizada pela homologação dos valores pela Receita Federal do Brasil e pelo efetivo ingresso financeiro nos cofres do Município, limitada ao percentual e ao valor máximo estabelecidos no contrato, não sendo devido qualquer pagamento em caso de inexistência de recuperação financeira.

1.2.3 A contratada será responsável pela apuração, revisão e identificação de créditos tributários, bem como pela elaboração de relatórios técnicos e documentos de apoio para subsidiar a atuação da Procuradoria Geral do Município, não podendo representar o Município nem realizar atividades jurídicas.

O acompanhamento de procedimentos junto à Receita Federal será de responsabilidade da Administração, por meio da Procuradoria Geral do Município, cabendo à contratada prestar apoio técnico quando necessário.

2. VIGÊNCIA

2.1 A vigência do contrato será de até 60 (sessenta) meses, contados da sua assinatura, considerando a necessidade de acompanhamento dos procedimentos junto à Receita Federal do Brasil até a efetiva recuperação dos créditos.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

2.2 O contrato poderá ser prorrogado, por interesse das partes e mediante justificativa, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, respeitando o limite máximo legal aplicável.

2.3 O prazo para execução dos serviços técnicos será de até 12 (doze) meses, podendo ser ajustado conforme a necessidade da Administração.

3. PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇOS

3.1 Considerando a natureza da contratação, com remuneração vinculada ao sucesso, não há custo inicial para a Administração. A análise de mercado foi realizada a partir da avaliação de práticas adotadas para serviços de apoio técnico na identificação e recuperação de créditos, nos quais a remuneração se dá mediante percentual incidente sobre os valores efetivamente recuperados. Após análise, e considerando que a remuneração está vinculada ao sucesso, a Administração estabeleceu percentual máximo como limite remuneratório, visando garantir a vantajosidade, a competitividade e o controle do dispêndio público, evitando propostas excessivas e assegurando observância aos princípios da economicidade e eficiência.

3.2 Diante disso, a Administração fixou o percentual máximo de até **20% (vinte por cento)** sobre os valores efetivamente recuperados, considerado adequado à natureza da contratação e compatível com as práticas de mercado.

3.3 Considerando a incerteza quanto ao montante total passível de recuperação, não sendo possível definir com precisão o valor a ser recuperado, a Administração estabelece o limite (teto) máximo de remuneração contratual no valor de **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)**, independente do montante total recuperado.

3.4 O estabelecimento do teto não limita a atuação da contratada nem a recuperação integral dos créditos, incidindo apenas como limite máximo de pagamento pelos serviços prestados.

3.5 **O pagamento somente será devido após o reconhecimento dos créditos e o efetivo ingresso dos valores nos cofres públicos, sendo vedado qualquer desembolso antecipado.**

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação não gera despesa antecipada, sendo a remuneração da contratada condicionada exclusivamente à efetiva recuperação de créditos.

4.2 Em razão da natureza do objeto, embora exista estimativa preliminar do potencial de recuperação de créditos, permanece a incerteza quanto ao montante efetivamente recuperável, considerando a necessidade de análise técnica, validação e eventual reconhecimento pelos órgãos competentes.

4.3 A remuneração será calculada com base no percentual ofertado, limitado ao máximo de **20% (vinte por cento)**, incidente sobre os valores efetivamente recuperados.

4.4 Para fins de controle orçamentário e enquadramento do processo, a Administração fixa o valor máximo da contratação em **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)**, correspondente ao limite máximo de remuneração da contratada, independente do montante total recuperado.

4.5 O pagamento somente será devido após o reconhecimento dos créditos e o efetivo ingresso dos respectivos valores nos cofres públicos.

4.6 A estimativa preliminar do potencial de recuperação de créditos foi elaborada pelo Departamento de Contabilidade do Município, com base em dados consolidados de pagamentos realizados e respectivos valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), abrangendo a Administração Direta e a Fundação Municipal de Saúde, este último integrante da administração indireta, **totalizando o valor aproximado de R\$ 24.327.606,95 (vinte e quatro milhões, trezentos e vinte e sete mil, seiscentos e seis reais e noventa e cinco centavos).**

Ressalta-se que os valores apresentados possuem caráter meramente estimativo, decorrentes de levantamento preliminar de dados, não configurando análise técnica conclusiva, sendo passíveis de revisão, validação e eventual retificação no âmbito da execução contratual.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII 'b' Lei 14.133/2021).

5.1 A fundamentação da contratação encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, o qual identificou a necessidade de realização de levantamento e análise das retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), com vistas à identificação de créditos passíveis de recuperação.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

5.2 A execução dos serviços demanda tratamento estruturado de dados fiscais, aplicação de critérios técnicos definidos e análise sistematizada das informações, com base em metodologia organizada e padronizada, considerando o volume significativo de informações e a necessidade de consolidação dos dados provenientes de diferentes fontes, exigindo organização, padronização e tratamento adequado para correta identificação dos créditos.

Embora o Município disponha de corpo técnico próprio, as atividades objeto desta contratação não integram o fluxo rotineiro de trabalho, tratando-se de demanda específica, delimitada e com necessidade de dedicação direcionada.

Adicionalmente, a execução direta dessas atividades poderia comprometer o desempenho das atividades regulares da Administração, especialmente nas áreas contábil e fiscal.

O Município não dispõe de pessoal técnico disponível para a execução da demanda específica de revisão retroativa dos últimos 60 (sessenta) meses, sem prejuízo das atividades regulares da Administração.

5.3 A presente contratação encontra respaldo no entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal quanto à titularidade das receitas de Imposto de Renda Retido na Fonte pelos entes municipais, o que reforça a necessidade de apuração adequada e eventual recuperação de valores não identificados anteriormente.

5.4 A solução proposta mostra-se adequada para atendimento da demanda identificada, não implicando substituição de mão de obra da Administração, mas sim apoio técnico para execução de atividade específica, delimitada e de caráter não contínuo, com resultados mensuráveis.

6. SOLUÇÃO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei 14.133/2021)

6.1 A solução consiste na prestação de serviços de apoio técnico especializados envolvendo: Os serviços compreenderão etapa inicial de levantamento e diagnóstico técnico das retenções de IRRF, com identificação de inconsistências e oportunidades de recuperação de créditos.

- levantamento e organização de dados;
- análise e cruzamento de informações fiscais;
- apuração de possíveis créditos tributários;
- elaboração de relatórios técnicos analíticos e consolidados;
- elaboração de minutas técnicas e memoriais de cálculo destinados a subsidiar a atuação administrativa do setor contábil e, quando necessário, a atuação judicial pela Procuradoria Geral do Município, observados os prazos prescricionais aplicáveis.

7. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS (art. 6º, XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/21).

A presente matriz de alocação de riscos tem por finalidade identificar, avaliar e distribuir os riscos inerentes à execução contratual, estabelecendo responsabilidades entre as partes, bem como medidas de prevenção e contingência, visando à adequada execução contratual.

A matriz de riscos consta no ANEXO I deste Termo de Referência, integrando-o para todos os fins.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21).

8.1 Plataforma tecnológica (uso como ferramenta)

A contratada deverá utilizar ferramentas tecnológicas adequadas à execução dos serviços, garantindo capacidade de processamento, segurança da informação, rastreabilidade dos dados e disponibilização dos resultados à Administração para consulta e validação, a qual deverá ser capaz de:

- Processar e analisar grandes volumes de dados e documentos fiscais;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

- Garantir a integridade, rastreabilidade e consistência das informações utilizadas na apuração dos créditos tributários;
- Assegurar a confidencialidade e a segurança das informações tratadas durante a execução contratual;
- Disponibilizar à Administração os resultados, relatórios, demonstrativos e informações produzidos durante a execução dos serviços, por meio físico ou eletrônico, permitindo o acompanhamento, a conferência e a validação dos dados e dos créditos tributários identificados.

8.2 Capacidades técnicas mínimas para execução dos serviços:

A contratada deverá demonstrar capacidade técnica e operacional para:

- Realizar a análise, o processamento e o cruzamento de dados fiscais provenientes de diferentes bases e fontes de informação;
 - Identificar os regimes tributários aplicáveis;
 - Realizar a exclusão de contribuintes enquadrados no Simples Nacional, quando cabível;
 - Realizar a apuração individualizada dos valores de IRRF por operação;
 - Realizar aplicação dos critérios legais de atualização dos valores, inclusive mediante utilização de índices oficiais, como a taxa SELIC, quando aplicável;
 - Gerar relatórios analíticos e sintéticos;
 - Disponibilizar dados em formatos estruturados que permitam consulta, conferência e validação pela Administração;
 - Assegurar a rastreabilidade dos cálculos, critérios e informações utilizados na apuração dos créditos tributários.

8.3 Subcontratação

Não será admitida subcontratação.

8.4 Segurança da Informação

A contratada deverá adotar medidas adequadas de segurança da informação, garantindo a integridade, confidencialidade e proteção dos dados utilizados na execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

8.5 A Contratada deverá manter absoluto sigilo sobre todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em decorrência da execução contratual, responsabilizando-se integralmente por seus empregados, prepostos ou quaisquer terceiros a ela vinculados, ainda que informalmente.

A responsabilidade pelo sigilo das informações subsistirá mesmo após o término do contrato.

Não serão consideradas confidenciais as informações que:

- I – Sejam de domínio público;
- II – Venham a se tornar públicas sem violação das obrigações previstas neste Termo;
- III – Devam ser divulgadas por força de determinação legal ou judicial.

9. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

9.1 A execução ocorrerá mediante:

- Disponibilização de dados pelo Município;
- Processamento e análise pela contratada;
- Entrega de relatórios técnicos.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

9.2 A contratada deverá demonstrar capacidade de recepção, tratamento e análise de dados provenientes de diferentes fontes utilizadas pela Administração, garantindo a consistência, integridade e organização das informações necessárias à apuração dos créditos tributários.

Deverá, ainda, assegurar mecanismos que permitam a rastreabilidade das informações analisadas, com identificação das bases utilizadas, etapas de processamento e resultados obtidos, de modo a possibilitar a conferência e validação pela Administração.

A contratada deverá evitar duplicidade de informações e garantir a coerência dos dados utilizados na apuração dos créditos, responsabilizando-se pela qualidade técnica dos resultados apresentados.

9.3 A contratada será responsável pela consistência técnica das análises, cálculos e informações apresentadas, respondendo por eventuais erros, inconsistências ou omissões que impactem os resultados apurados.

9.4 Eventuais inconsistências identificadas na execução dos serviços deverão ser sanadas pela contratada no prazo estabelecido pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração, sob pena de não reconhecimento do resultado para fins de pagamento.

9.5 A contratada deverá disponibilizar à Administração os relatórios, demonstrativos, memórias de cálculo e demais informações produzidas durante a execução dos serviços, em formato que permita consulta, acompanhamento, conferência e validação dos resultados apresentados.

9.6 Serviços Técnicos Complementares

A contratada deverá prestar serviços técnicos complementares necessários à adequada execução do objeto, sem custos adicionais à Administração, incluindo:

a) Capacitação e orientação técnica:

Transferência de conhecimento às equipes da Administração quanto à análise dos dados, interpretação dos relatórios e utilização das informações produzidas, podendo ocorrer por meio de reuniões técnicas, treinamentos ou orientações operacionais.

b) Apoio técnico especializado:

Suporte técnico à Administração para esclarecimentos acerca dos relatórios, análises e documentos apresentados, inclusive para subsidiar procedimentos administrativos e eventual atuação junto à Receita Federal do Brasil.

c) Apoio na estruturação de informações para recuperação de créditos tributários com ingresso financeiro:

Organização e sistematização das informações necessárias à recuperação de créditos tributários, com vistas ao ingresso de valores nos cofres públicos, sem a prática de atos privativos de advocacia ou de representação perante órgãos externos.

d) Apoio técnico na interpretação da legislação tributária:

Prestação de suporte quanto à interpretação da legislação aplicável, aos fundamentos técnicos e aos critérios utilizados na apuração dos créditos, bem como apoio à elaboração de documentos técnicos.

e) Elaboração de documentos técnicos:

Produção de relatórios, demonstrativos e minutas técnicas destinadas a subsidiar a atuação administrativa e judicial do Município, especialmente da Procuradoria Geral do Município.

f) Atualização técnica:





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Adequação dos serviços às alterações legislativas e normativas que impactem a apuração dos créditos tributários durante a execução contratual.

10. GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominadas.

Gestor

Nome: Mauricio Cesar Souza Lara

Matrícula: 8465

Gestor (a) Suplente

Nome: Rafaelly de Almeida

Matrícula: 33029

Fiscal Administrativo

Nome: Milena de Oliveira

Matrícula: 32245

Fiscal Administrativo Suplente

Nome: Ubiratan Rodrigues de Cristo Jr.

Matrícula: 14262

Fiscal Técnico

Nome: Ricardo Martins de Araújo

Matrícula: 30672

Fiscal Técnico Suplente

Nome: Marcela Cristiane Kapp

Matrícula: 18680

O fiscal técnico deverá registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias para a regularização de eventuais inconsistências.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

11.1 O pagamento será realizado exclusivamente mediante sucesso, condicionado ao reconhecimento dos créditos e ao efetivo ingresso dos valores nos cofres públicos.

Considera-se sucesso contratual a efetiva recuperação de créditos tributários decorrente diretamente dos trabalhos realizados pela contratada, devidamente comprovada e validada pela Administração.

O pagamento estará condicionado, cumulativamente:

- a) A comprovação do nexo entre os créditos recuperados e os serviços executados pela contratada, incluindo memória de cálculo e identificação das bases utilizadas;
- b) a validação técnica dos valores apurados pela Administração;
- c) ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres públicos.

A recuperação dos créditos estará limitada aos valores não atingidos pela prescrição, conforme legislação vigente.

11.2 Não será devido qualquer pagamento por valores cuja recuperação decorra de iniciativa própria da Administração ou de terceiros, sem vínculo direto com os serviços prestados pela contratada.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

11.3 Vedado o pagamento por atividades preparatórias, estudos ou levantamentos que não resultem em efetiva recuperação de créditos.

11.4 A remuneração será devida pelos créditos identificados e demonstrados nos relatórios e minutas entregues pela contratada durante a vigência contratual, desde que comprovado o nexo direto com os serviços executados e que a efetiva recuperação dos valores ocorra dentro do período de vigência do contrato.

Tal previsão decorre da natureza dos serviços prestados, que envolvem a elaboração de subsídios técnicos e minutas para instrução de medidas administrativas e judiciais a serem conduzidas pela Administração, cujo trâmite pode se estender no tempo, não coincidindo, necessariamente, com a fase de execução dos serviços.

Assim, a remuneração está vinculada ao resultado efetivamente alcançado a partir dos serviços executados, condicionada ao efetivo ingresso dos valores nos cofres públicos durante a vigência contratual.

Não será devida remuneração sobre valores decorrentes de novas análises, revisões ou levantamentos realizados posteriormente pela Administração ou por terceiros que não estejam compreendidos no escopo dos serviços executados pela contratada.

Considera-se devido o pagamento apenas quando comprovado o nexo direto entre os valores recuperados e os serviços efetivamente executados pela contratada durante a vigência contratual.

12. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)

12.1 Critério de Julgamento

12.1.1 O critério de julgamento será o MENOR PERCENTUAL DE REMUNERAÇÃO incidente sobre os valores efetivamente recuperados.

Será considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o menor percentual de remuneração, correspondente ao maior desconto em relação ao percentual máximo estabelecido pela Administração, fixado em até 20% (vinte por cento).

As propostas serão classificadas em ordem crescente de percentual ofertado, sendo considerada melhor classificada aquela que apresentar o menor percentual.

Serão desclassificadas as propostas que apresentarem percentual superior ao limite máximo estabelecido.

A adoção do critério de menor percentual de remuneração, considerando a natureza dos serviços, será complementada por exigências de qualificação técnica e pela realização de Prova de Conceito (Teste de Conformidade), com caráter eliminatório, destinada a verificar a capacidade da licitante em executar os serviços contratados.

Dessa forma, assegura-se que a proposta mais vantajosa esteja associada ao efetivo atendimento das exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo a adequada execução do objeto contratual.

A licitante classificada em primeiro lugar será convocada para a realização da Prova de Conceito e, sendo aprovada, será declarada vencedora do certame, não sendo realizadas novas avaliações com as demais licitantes, salvo em caso de sua desclassificação.

Os serviços apresentam resultados mensuráveis e passíveis de verificação objetiva, com base em critérios previamente definidos neste Termo de Referência, o que permite a adoção da modalidade pregão, nos termos da legislação vigente.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

12.2 Habilitação e Qualificação Técnica

Com o objetivo de assegurar a adequada execução do objeto e a seleção de proposta apta ao atendimento das exigências técnicas, o edital estabelecerá requisitos de habilitação técnica que incluam, no mínimo:

12.2.1 Qualificação Técnico-Operacional e Profissional

- **Atestados de Capacidade Técnica:** Exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.
- A Administração poderá solicitar documentos complementares para comprovação da veracidade dos atestados apresentados.
- **Equipe técnica:** comprovação de que a licitante possui equipe técnica qualificada, com profissionais com experiência em:
 - Área tributária
 - Tratamento de dados
- A equipe técnica deverá contar com, no mínimo, um profissional com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).
- A comprovação do vínculo dos profissionais com a empresa poderá ser realizada por meio de contrato social, carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.

12.3 Teste de Conformidade (Prova de Conceito)

A Prova de Conceito será exigida exclusivamente da licitante classificada em primeiro lugar após a fase de lances.

Caso a licitante não atenda aos requisitos mínimos estabelecidos, será desclassificada, sendo convocada a licitante subsequente, obedecida a ordem de classificação, e assim sucessivamente.

A Prova de Conceito possui caráter eliminatório e tem por objetivo verificar a conformidade da proposta com as exigências técnicas do Termo de Referência, não se constituindo como critério de julgamento de propostas.

Uma vez aprovada na Prova de Conceito, a licitante classificada em primeiro lugar será considerada apta, não sendo realizadas novas avaliações com as demais licitantes, salvo em caso de sua desclassificação por motivo superveniente, nos termos da legislação aplicável.

A apuração considerará o período de até 60 (sessenta) meses, observados os prazos prescricionais aplicáveis, sendo passíveis de recuperação apenas os créditos não prescritos.

a) Objetivo

O teste visa validar a capacidade técnica da licitante na execução dos serviços de apuração, revisão e identificação de créditos tributários de IRRF, assegurando que possui metodologia, estrutura e ferramentas adequadas para cumprimento do objeto contratual, com atendimento de no mínimo 80% dos requisitos técnicos exigidos (11 de 13 itens).

O Teste de Conformidade não tem por objetivo avaliar ou contratar software, mas sim verificar a capacidade técnica da licitante na execução dos serviços previstos neste Termo de Referência.

b) Metodologia





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

A licitante melhor classificada deverá demonstrar, em ambiente a ser definido pela Administração, a capacidade de:

- analisar dados fiscais fornecidos pela Administração;
- realizar cruzamento de informações;
- identificar inconsistências;
- apurar valores de IRRF passíveis de recuperação;
- elaborar relatórios técnicos com memória de cálculo;

Podendo, para tanto, utilizar ferramentas, metodologias e recursos tecnológicos necessários à adequada execução dos serviços. É vedado à contratada atuar em nome do Município perante órgãos administrativos ou judiciais, bem como praticar atos privativos de advocacia, cabendo exclusivamente à Procuradoria Geral do Município a adoção das medidas legais cabíveis.

A demonstração deverá ocorrer de forma prática, com apresentação de resultados efetivos, sendo vedada a utilização de apresentações meramente conceituais ou ilustrativas.

c) **Caráter eliminatório**

O não atendimento satisfatório aos requisitos mínimos, incluindo o cumprimento de no mínimo 80% dos itens avaliados (11 de 13 itens), implicará na desclassificação da proposta, sendo convocada a licitante subsequente, conforme ordem de classificação.

A não demonstração satisfatória de qualquer dos requisitos essenciais implicará na desclassificação da licitante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

d) A avaliação da Prova de Conceito será realizada pelos servidores designados para a fiscalização do contrato, preferencialmente integrantes da área contábil, podendo contar com apoio técnico de outras áreas da Administração, quando necessário, considerando o atendimento integral dos requisitos mínimos estabelecidos, com cumprimento de no mínimo 80% dos itens (11 de 13 itens), sendo o teste de caráter eliminatório.

e) **Tabela de Avaliação da Prova de Conceito (anexo II)**

A Prova de Conceito, ou Teste de Conformidade, é uma etapa de caráter exclusivamente eliminatório do processo licitatório, destinada a validar a capacidade técnica e operacional da licitante para execução dos serviços previstos neste Termo de Referência. Esta etapa é crucial para mitigar os riscos de inadequação da solução e assegurar que apenas propostas tecnicamente viáveis e plenamente aderentes sejam consideradas para a contratação.

A Prova de Conceito ocorrerá no prazo máximo de até **5 (cinco)** dias após o certame de Pregão Eletrônico, e ao término desta etapa será emitido um relatório final de aprovação, atestando ou não a conformidade da demonstração apresentada.

O principal objetivo da Prova de Conceito é permitir que o Município verifique, na prática, a capacidade da licitante de:

- Atender no mínimo 80% (11 de 13 itens) dos requisitos avaliados sob pena de desclassificação.
- Processar os tipos e volumes de dados esperados com eficiência e precisão.
- Cumprir os requisitos de segurança da informação.
- Gerar os resultados (cálculos e relatórios) com a precisão exigida pela legislação.

A reprovação na Prova de Conceito implicará na desclassificação da licitante e na convocação da próxima classificada no certame, dando-se prosseguimento ao rito processual. Este procedimento visa garantir a contratação de uma empresa com capacidade técnica compatível com as exigências do objeto.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Somente o licitante que ofertar o melhor preço participará da Prova de Conceito. Contudo, os demais licitantes poderão, caso desejem, acompanhar a demonstração prática realizada pela licitante.

12.4 Qualificação Econômico-Financeira

Será exigida a apresentação de certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, comprovando sua regularidade econômico-financeira.

12.5 Considerações finais

A combinação do critério de menor percentual de sucesso com exigências técnicas e verificação da capacidade operacional assegura a contratação da proposta mais vantajosa, garantindo eficiência, segurança jurídica e adequada execução dos serviços.

A contratação será realizada conforme a Lei nº 14.133/2021, na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o menor percentual de remuneração incidente sobre os valores efetivamente recuperados. A apuração de IRRF retrospectivo baseia-se em metodologia técnica e no cruzamento de bases de dados eletrônicos (XML, EFD E NF-e), cujos resultados são passíveis de conferência e validação pela Administração. Portanto, a expertise exigida não configura singularidade, sendo o mercado plenamente capaz de fornecer soluções competitivas sob especificações usuais, o que torna o Pregão a via mais eficiente e econômica para o interesse público.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)

13.1 Considerando que a remuneração da contratada está vinculada ao sucesso, somente haverá impacto orçamentário após a efetiva recuperação dos créditos e ingresso dos valores nos cofres públicos.

Para fins de controle orçamentário, informa-se a seguinte dotação: 05.005.04.122.0223.2.030/3.3.90.39.00.00 CR 205

14. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

14.1 A contratação não consta no Plano de Contratações Anual, tendo sido identificada posteriormente, em razão de sua natureza específica, da identificação da necessidade e da oportunidade de recuperação de créditos tributários relativos ao IRRF, ressaltando-se que não implica desembolso financeiro imediato por parte da Administração, uma vez que a remuneração está condicionada exclusivamente ao sucesso, ou seja, à efetiva recuperação de créditos, inexistindo impacto orçamentário prévio, e que a ausência de execução contratual não gera qualquer ônus ao Município, afastando riscos de comprometimento do planejamento orçamentário e financeiro previamente estabelecido, caracterizando-se, assim, como medida oportuna e vantajosa, cuja previsão não se mostrou possível no momento da elaboração do PCA.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 15.1.1 Executar os serviços técnicos conforme o Termo de Referência e proposta apresentada;
- 15.1.2 Realizar a apuração, revisão e identificação dos créditos de IRRF;
- 15.1.3 Elaborar relatórios técnicos com memória de cálculo e fundamentação legal;
- 15.1.4 Disponibilizar subsídios técnicos para atuação administrativa e judicial do Município;
- 15.1.5 Elaborar minutas técnicas destinadas a subsidiar eventual atuação judicial da Procuradoria Geral do Município, vedada a prática de atos privativos de advocacia;
- 15.1.6 Utilizar, quando necessário, ferramenta de apoio à execução dos serviços;





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

15.1.7 Assumir exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do objeto, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, civil ou penal, inexistindo solidariedade do Município quanto a tais encargos;

15.1.8 Responder por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de falhas, irregularidades ou erros na execução dos serviços;

15.1.9 Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

15.1.10 Cumprir a legislação vigente aplicável, inclusive quanto às normas relativas à proteção de dados e segurança da informação;

15.1.11 Garantir a exatidão e confiabilidade das informações, cálculos e relatórios apresentados, responsabilizando-se integralmente por eventuais inconsistências que venham a comprometer a apuração dos créditos tributários.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 São obrigações do CONTRATANTE:

16.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e Edital;

16.1.2 Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, nos termos da Lei nº 14.133/21;

16.1.3 Fornecer à contratada as informações, dados e documentos necessários à execução dos serviços;

16.1.4 Proporcionar as condições necessárias à disponibilização e transmissão de dados necessários à execução dos serviços.

16.1.5 Comunicar formalmente à CONTRATADA sobre quaisquer inconsistências verificadas na execução dos serviços;

16.1.6 Aplicar as penalidades previstas em lei e no contrato, quando caracterizado descumprimento contratual;

16.1.7 Decidir sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual no prazo de até 30 (trinta) dias;

16.1.8 Não responder por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, nem por danos decorrentes de atos praticados por esta, seus empregados ou prepostos.

17. VEDAÇÕES

17.1 Não é permitida atuação judicial pela contratada.

17.2 Não há cessão ou transferência de software à Administração.

17.3 Não se caracteriza contratação de sistema, sendo a tecnologia utilizada apenas como ferramenta de apoio à execução dos serviços.

17.4 É vedado à contratada atuar em nome do Município perante órgãos administrativos ou judiciais, bem como praticar atos privativos de advocacia, cabendo exclusivamente à Procuradoria Geral do Município a adoção das medidas legais cabíveis.

18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS

As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO I

RISCO 01			
RISCO:	Definição de exigências excessivas ou insuficientes no Edital ou no Termo de Referência		
POSSIBILIDADE:	Baixa		
IMPACTO:		Médio	
NÍVEL DE RISCO:		Médio	
MOMENTO:	Planejamento da contratação		
ALOCÇÃO:	Contratante		
DANOS:	Impugnações ao edital; restrição de competitividade; atraso no processo		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Revisão técnica e jurídica do Termo de Referência e edital; observância aos princípios da razoabilidade e competitividade.		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratante / Depto. requisitante e Depto. de compras.		
CONTINGÊNCIA:	Revisão do Termo de Referência e do Edital, com eventual republicação.		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratante / Depto. requisitante e Depto. de compras.		
RISCO 02			
RISCO:	Inconsistência ou insuficiência dos dados fornecidos pela Administração		
POSSIBILIDADE:		Média	
IMPACTO:			Alto
NÍVEL DE RISCO:			Alto
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCÇÃO:	Contratante		
DANOS:	Erros na apuração dos créditos; retrabalho; atrasos		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Validação e organização prévia dos dados; conferência das informações disponibilizadas		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Depto. contábil / Fiscal do contrato		
CONTINGÊNCIA:	Reprocessamento das análises; correção das informações		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Fiscal do contrato		
RISCO 03			
RISCO:	Não identificação de créditos tributários passíveis de recuperação		
POSSIBILIDADE:		Média	
IMPACTO:		Médio	
NÍVEL DE RISCO:		Médio	
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCÇÃO:	Contratada		
DANOS:	Ausência de resultado contratual; não pagamento (contrato por sucesso)		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Aplicação de metodologia adequada; análise completa dos dados		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada		
CONTINGÊNCIA:	Revisão técnica dos levantamentos		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratada		
RISCO 04			
RISCO:	Erros na apuração do IRRF		
POSSIBILIDADE:	Baixa		
IMPACTO:		Alto	
NÍVEL DE RISCO:			Médio
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCÇÃO:	Contratada		
DANOS:	Glosa (recusa total ou parcial) de créditos; retrabalho		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Revisão técnica e conferência dos cálculos; garantia de rastreabilidade		





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada / Fiscal do contrato		
CONTINGÊNCIA:	Correção de relatórios sem ônus.		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratada /Fiscal do contrato		
RISCO 05			
RISCO:	Glosa ou questionamento dos créditos por órgãos de controle ou Receita Federal		
POSSIBILIDADE:	Média		
IMPACTO:		Alto	
NÍVEL DE RISCO:			Alto
MOMENTO:	Pós-execução		
ALOCÇÃO:	Compartilhado		
DANOS:	Não reconhecimento dos créditos; ausência de ingresso financeiro		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Fundamentação técnica adequada; validação pela Administração		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada / Contratante		
CONTINGÊNCIA:	Reanálise técnica dos dados e ajustes dos relatórios e minutas pela contratada, para subsidiar a atuação da Administração		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratada / Contratante		
RISCO 06			
RISCO:	Não conversão dos créditos em receita financeira		
POSSIBILIDADE:	Média		
IMPACTO:		Alto	
NÍVEL DE RISCO:		Alto	
MOMENTO:	Pós-execução		
ALOCÇÃO:	Compartilhado		
DANOS:	Ausência de ingresso financeiro; não pagamento da contratada		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Qualidade técnica dos relatórios; atuação eficiente da Administração/Procuradoria		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada/ Contratante/ Procuradoria		
CONTINGÊNCIA:	Reavaliação Administrativa e jurídica		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratante/ Procuradoria		
RISCO 07			
RISCO:	Relatórios inconsistentes ou incompletos		
POSSIBILIDADE:	Média		
IMPACTO:		Médio	
NÍVEL DE RISCO:			Médio
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCÇÃO:	Contratada		
DANOS:	Não validação pela Administração; atraso no processo		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Padronização dos relatórios; revisão interna		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada		
CONTINGÊNCIA:	Correção obrigatória sem ônus		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratada		
RISCO 08			
RISCO:	Alteração na legislação tributária		
POSSIBILIDADE:	Média		
IMPACTO:		Médio	
NÍVEL DE RISCO:			Médio
MOMENTO:	Execução contratual		





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ALOCAÇÃO:	Compartilhado		
DANOS:	Necessidade de revisão dos cálculos		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Atualização contínua da legislação		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada / Contratante		
CONTINGÊNCIA:	Adequação dos procedimentos		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratada / Contratante		
RISCO 09			
RISCO:	Dependência excessiva da metodologia ou ferramenta da contratada		
POSSIBILIDADE:	Baixa		
IMPACTO:		Médio	
NÍVEL DE RISCO:			Baixo
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCAÇÃO:	Contratada		
DANOS:	Falta de transparência; dificuldade de validação		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Garantia de rastreabilidade; acesso da administração para consulta		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada		
CONTINGÊNCIA:	Exigência de relatórios detalhados		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratante / Depto. requisitante		
RISCO 10			
RISCO:	Execução inadequada ou descumprimento contratual		
POSSIBILIDADE:	Baixa		
IMPACTO:		Alto	
NÍVEL DE RISCO:			Médio
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCAÇÃO:	Contratada		
DANOS:	Prejuízo ao resultado; possível rescisão contratual		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Fiscalização contratual contínua		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Fiscal do contrato		
CONTINGÊNCIA:	Aplicação de penalidades contratuais		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratante / Administração – Depto. de Compras		
RISCO 11			
RISCO:	Vazamento ou uso indevido de dados		
POSSIBILIDADE:	Baixa		
IMPACTO:		Alto	
NÍVEL DE RISCO:			Médio
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCAÇÃO:	Contratada		
DANOS:	Responsabilização legal; prejuízo institucional		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Cumprimento da LGPD; adoção de medidas de segurança da informação		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada		
CONTINGÊNCIA:	Apuração de responsabilidade; aplicação de sanções		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Administração		





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO II

Tabela de Avaliação da Prova de Conceito

Nº	ITENS DE CONFORMIDADE	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	RESULTADO	
			Sim	Não
1 Essencial	Capacidade de importar e processar os arquivos referentes ao Sistema de Informação Municipal ao TCE/PR, observados os layouts utilizados nos últimos 60 meses.	Atende: Se a metodologia/ferramenta realizar a leitura e recepção integral do volume de dados simulada do sistema municipal sem corromper os layouts. Não atende: Se apresentar erro de incompatibilidade com o padrão do TCE/PR.		
2 Essencial	Capacidade de importar e processar arquivos XML de NF-e e NFS-e utilizados na apuração dos créditos tributários.	Atende: Se realizar o processamento dos arquivos fornecidos na amostragem Não atende: Se for incapaz de ler os arquivos ou exigir outras inserções.		
3	Capacidade importar e processar arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS-IPI e EFD contribuições, observados os layouts do sistema SPED, para análise complementar dos documentos fiscais.	Atende: Se demonstrar capacidade de extrair e cruzar dados complementares a partir do layout oficial do SPED Não atende: Se rejeitar a estrutura oficial de arquivos do SPED		
4	Capacidade de consolidar e organizar os dados dos emitentes de documentos fiscais eletrônicos identificados nas bases de dados analisadas, considerando o período dos últimos 60 meses. Deverá ser possível apresentar cadastro consolidado dos emitentes, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) CNPJ b) Razão Social c) CNAE Principal d) Endereço	Atende: Se o relatório gerado unificar os prestadores e apresentar de forma clara e sem duplicidade os 4 campos cadastrais mínimos exigidos. Não atende: Se omitir qualquer uma das informações cadastrais solicitadas.		
5 Essencial	Capacidade de identificar, com base nas informações constantes das bases de dados analisadas, se o emitente do documento fiscal se encontrava enquadrado no regime do Simples Nacional na data da emissão do respectivo documento fiscal. A verificação deverá permitir a correta segregação dos documentos fiscais emitidos por contribuintes optantes pelo Simples Nacional, quando aplicável, assegurando a adequada apuração dos créditos tributários de IRRF e a observância da legislação pertinente.	Atende: Se realizar a separação e isolar os documentos do Simples Nacional, garantindo que não entrem em apuração indevida do IRRF Não atende: Se falhar na segregação, gerando apuração errônea		





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Nº	ITENS DE CONFORMIDADE	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	RESULTADO	
			Sim	Não
6	Capacidade de consolidar e organizar os documentos fiscais analisados por emitente, com apresentação de relatório consolidado contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) CNPJ do emitente b) Razão social do emitente c) Município do emitente d) UF do emitente e) CNAE principal f) Alíquota de retenção conforme ANEXO I DA IN RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012. g) Quantitativo e total de NF-es emitidas contra o município no período h) Quantitativo e total de NFS-es emitidas contra o município i) Quantitativo e total de outras NF emitidas contra o município j) Quantitativo e total de NFA-es emitidas contra o município k) Quantitativo e total de outros documentos fiscais contra o município	Atende: Se apresentar documento de amostragem final agrupado por fornecedor, preenchendo rigorosamente as colunas de "a" a "k" Não atende: Se o relatório for incompleto ou omitir os quantitativos de tipo de nota		





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Nº	ITENS DE CONFORMIDADE	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	RESULTADO	
			Sim	Não
7 Essencial	<p>Capacidade de realizar a análise individualizada dos documentos fiscais emitidos para o Município nos últimos 60 (sessenta) meses, com apresentação de relatório analítico demonstrativo da apuração dos créditos tributários de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) identificados. O relatório deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none">a) CNPJ do emitenteb) Razão Social do emitentec) Município do emitented) CNAE principale) Chave do documento fiscal, se NF-ef) Código de Validação, se NFS-eg) Número do documento fiscalh) Data da realização do pagamentoi) Valor do documento fiscalj) Alíquota de retenção conforme ANEXO I DA IN RFB 1.234, de 11 dek) janeiro de 2012.l) Cálculo do IRRF à título de antecipação. <p>O relatório deverá permitir a rastreabilidade dos cálculos realizados e ser disponibilizado em formato eletrônico editável e não editável, possibilitando a conferência e validação das informações pela Administração.</p>	<p>Atende: Se gerar a planilha detalhada, por documento fiscal, permitindo à fiscalização conferir a fórmula matemática do cálculo da antecipação e entregar os arquivos.</p> <p>Não atende: Se ocultar as fórmulas de cálculo ou não listar os documentos de forma individualizada</p>		
8 Essencial	<p>Capacidade de apresentar relatório sintético consolidado dos créditos tributários de IRRF identificados, com base nos documentos fiscais emitidos para o Município nos últimos 60 meses. O relatório deverá demonstrar, mês a mês, os valores passíveis de recuperação apurados conforme a legislação aplicável, consolidando os resultados por competência e apresentando o valor total do período analisado, de forma a permitir a conferência e validação das informações pela Administração.</p>	<p>Atende: Se entregar o resumo executivo mensal (competência por competência) que permita o cruzamento rápido com os dados da contabilidade do Município</p> <p>Não atende: Se apresentar apenas o valor global, sem desdobramento mensal.</p>		





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Nº	ITENS DE CONFORMIDADE	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	RESULTADO	
			Sim	Não
9	Capacidade de apresentar planilhas individualizadas para cada mês/ano de competência, contendo as informações utilizadas na apuração dos créditos tributários passíveis de recuperação. As planilhas deverão contemplar todas as informações exigidas neste termo de referência, e deverão ser apresentadas todas as informações listadas, permitindo conferência e validação. Arquivos em formato eletrônico e editável, sem restrições que impeçam a análise pela Administração.	Atende: Se os arquivos geados permitirem auditoria da equipe de fiscalização Não atende: Se os arquivos forem entregues bloqueados.		
10 Essencial	Capacidade de apresentar relatório contendo a atualização dos valores relativos à antecipação pelo valor da taxa SELIC acumulada, nos termos do artigo 148 da Instrução Normativa – IN RFB 2.055 de 06/12/2021. Evidenciando valor original apurado, período considerado na atualização, índice aplicado e valor atualizado.	Atende: Se aplicar de forma exata a variação da taxa SELIC sobre a amostragem Não atende: Se utilizar outro índice ou errar a base de cálculo.		
11	Dispor de infraestrutura tecnológica apta à execução dos serviços, capaz de assegurar o processamento das bases de dados, a segurança das informações, a disponibilidade dos dados analisados e a continuidade operacional durante a vigência contratual. Possuir mecanismos adequados de armazenamento, processamento, controle de acesso, proteção de informações, recuperação de dados, garantindo integridade e a confiabilidade das informações utilizadas na apuração dos créditos tributários.	Atende: Se demonstrar a existência de mecanismos de controle de acesso, armazenamento e proteção das informações utilizadas na demonstração. Não atende: Se não demonstrar mecanismos mínimos de segurança da informação		
12	Capacidade de disponibilizar os resultados da apuração em formato que possibilite a conferência e validação das informações, mediante utilização de relatórios, indicadores, tabelas e gráficos que facilitem a interpretação, conferência e validação dos dados pela Administração.	Atende: Se demonstrar painel descritivo, com dados consolidados dos créditos apurados Não atende: Se entregar apenas dados brutos, sem tratamento visual		
13	Disponibilizar ambiente eletrônico para consulta, acompanhamento e validação dos resultados produzidos durante a execução dos serviços, devendo adotar mecanismos adequados de segurança da informação e proteção dos dados tratados.	Atende: Se comprovar que criará acessos para os fiscais do contrato Não atende: Se não disponibilizar formas de consulta externa para a fiscalização		





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

O não atendimento de qualquer requisito essencial implicará na reprovação da licitante, independentemente do percentual total de conformidade obtido.

RESULTADO FINAL:

Será considerada APROVADA a licitante que atender, cumulativamente:

- a) no mínimo de 80% dos requisitos avaliados na Prova de Conceito, correspondente a 11 (onze) dos 13 (treze) itens; e
- b) todos os requisitos classificados como ESSENCIAIS.

() APROVADA - Atendimento de, no mínimo, 80% dos requisitos avaliados na Prova de Conceito, correspondente a 11 de 13 itens de conformidade estabelecidos.

() REPROVADA - Atendimento inferior ao mínimo de 80% (11 de 13 itens) dos requisitos avaliados. Justificativa (obrigatória em caso de reprovação):

Observações:

Considerando o resultado acima, a licitante:

() Demonstrou capacidade técnica e operacional para execução dos serviços da contratação, atendendo ao percentual mínimo exigido de 80% dos requisitos avaliados, sendo considerada apta à continuidade do certame.

() Não demonstrou capacidade técnica e operacional suficiente para execução dos serviços objeto da contratação, tendo obtido resultado inferior ao percentual mínimo exigido de 80% dos requisitos avaliados, motivo pelo qual será desclassificada, observando – se a convocação da licitante subsequente, conforme a ordem de classificação.

ASSINATURAS

Comissão Avaliadora:

Nome:

Nome:

Nome:

Representante da empresa:

Nome:





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 2

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 103/2026

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

REPRESENTANTE e CARGO:

CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

2. Na proposta escrita, deverá conter:

- a) os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto ou destacado;
- b) o prazo de validade da proposta;
- c) especificação e marca completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO 1**, deste edital; e
- d) data e assinatura do Representante Legal da proponente.

3. O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo 1 deste edital.

3.1 O Valor Unitário - R\$ - deverá corresponder ao preço unitário por item ao qual será acrescido a carga tributária incidente e frete, que correrão à conta do licitante.

4. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

4.1 Deverá ser cotado preço unitário de acordo com o Anexo 1 do edital.

4.2 PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

6. PRAZO DE GARANTIA

6.1 A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos de acordo com o Anexo 1, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

7. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 De acordo com o especificado no Termo de referência deste edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídos eventuais custos indiretos como vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, despesas com manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação e o ciclo de vida.

8. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

8.1 De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A interposição de recurso suspende o prazo de validade de da proposta até decisão.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 3

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2026.

DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Fone/Fax: (0xx) _____
E-mail: _____

Na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de pregão eletrônico nº 103/2026, instaurada pelo Município de Ponta Grossa/PR, para fins de comprovação:

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO

Declaramos que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, e que não estamos com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal suspensa.

DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

Declaramos que nos cinco (5) anos anteriores à divulgação deste procedimento, não fomos condenados judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR VÍNCULO COM AGENTES QUE ATUEM NA LICITAÇÃO

Declaramos que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 7º, III, art. 14, IV, art. 122, § 3º todos da Lei nº 14.133/2021.

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1. Declaramos que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.
2. Estamos cientes da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 001/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
3. Estamos cientes da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 027/2023, do IBAMA.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração para que produza os efeitos legais.

Local e data

Sócio proprietário





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 4

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2026.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AS NORMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Fone/Fax: (0xx) _____
E-mail: _____

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade pregão eletrônico nº 103/2026, instaurado pelo Município de Ponta Grossa/PR, que conhecemos e faremos cumprir rigorosamente todas as “Normas de Segurança no Trabalho”, na hipótese de nossa proposta ser declarada vencedora na presente licitação, conforme o constante na Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e de outras disposições acerca da matéria.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração para que produza os efeitos legais.

Local e data

NOME
Assinatura





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 5

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2026.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPE TÉCNICA

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Fone/Fax: (0xx) _____
E-mail: _____

A empresa nominada acima, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para fins de atendimento às exigências do Edital de Licitação nº 103/2026, que dispõe e manterá, durante toda a execução contratual, equipe técnica qualificada e suficiente para a prestação dos serviços objeto da contratação.

DECLARA, ainda, que sua equipe técnica possui profissionais com experiência compatível com as atividades a serem desenvolvidas, especialmente nas seguintes áreas:

- I – Área tributária;
- II – Tratamento de dados.

DECLARA, também, que a equipe técnica contará com, no mínimo, 01 (um) profissional com registro ativo e regular no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, durante toda a vigência do contrato.

Por fim, declara estar ciente de que a falsidade das informações prestadas sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital, na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração para que produza os efeitos legais.

Local e data

NOME
Assinatura





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

ANEXO 6

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2026.

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA Nº ____/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS Nº ____/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E A EMPRESA _____.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Visconde de Taunay, nº 950, Bairro Ronda, CEP 84051-900, inscrito no CNPJ sob o nº 76.175.884/0001-87, neste ato representado pelo **Sr. CLÁUDIO GROKOVISKI**, Secretário Municipal da Fazenda, matrícula funcional nº 12.714, designado de acordo com o Decreto Municipal nº 24.402, de 01/01/2025, publicado no Diário Oficial do Município na edição de 02/01/2025; e

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____ / _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada pelo(a) **Sr(a)**. _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, acham-se justos e contratados.

Tendo em vista o que consta no processo **SEI 21219/2026** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, dos Decretos Municipais nº 21.500/2023, 21.635/2023, e demais legislações aplicáveis e complementares, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 103/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é [INSERIR O OBJETO DA LICITAÇÃO].

1.2 Especificação do objeto da contratação:

LOTE 1

Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor (R\$)	Unit.	Valor (R\$)	Total
1	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de apuração, revisão e identificação de créditos tributários relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).	SVÇ	1				

1.2.1 O serviço compreende:

- Análise de documentos fiscais e financeiros;
- Cruzamento de dados tributários;
- Identificação de inconsistências;
- Apuração de créditos de IRRF;
- Elaboração de relatórios técnicos;
- Geração de subsídios para atuação administrativa do Município, inclusive da Procuradoria Geral do Município.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

1.2.2 A remuneração pelos serviços prestados será exclusivamente na forma de parcela de sucesso, sendo devida somente após a efetiva recuperação de créditos, caracterizada pela homologação dos valores pela Receita Federal do Brasil e pelo efetivo ingresso financeiro nos cofres do Município, limitada ao percentual e ao valor máximo estabelecidos no contrato, não sendo devido qualquer pagamento em caso de inexistência de recuperação financeira.

1.2.3 A contratada será responsável pela apuração, revisão e identificação de créditos tributários, bem como pela elaboração de relatórios técnicos e documentos de apoio para subsidiar a atuação da Procuradoria Geral do Município, não podendo representar o Município nem realizar atividades jurídicas.

1.2.4 O acompanhamento de procedimentos junto à Receita Federal será de responsabilidade da Administração, por meio da Procuradoria Geral do Município, cabendo à contratada prestar apoio técnico quando necessário.

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) Termo de Referência;
- b) Edital da Licitação;
- c) proposta da CONTRATADA;
- d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

2.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto são os descritos nas cláusulas que seguem.

2.1.1 A execução ocorrerá mediante:

- Disponibilização de dados pelo Município;
- Processamento e análise pela contratada;
- Entrega de relatórios técnicos.

2.1.2 A contratada deverá demonstrar capacidade de recepção, tratamento e análise de dados provenientes de diferentes fontes utilizadas pela Administração, garantindo a consistência, integridade e organização das informações necessárias à apuração dos créditos tributários.

2.1.3 Deverá, ainda, assegurar mecanismos que permitam a rastreabilidade das informações analisadas, com identificação das bases utilizadas, etapas de processamento e resultados obtidos, de modo a possibilitar a conferência e validação pela Administração.

2.1.4 A contratada deverá evitar duplicidade de informações e garantir a coerência dos dados utilizados na apuração dos créditos, responsabilizando-se pela qualidade técnica dos resultados apresentados.

2.2 A contratada será responsável pela consistência técnica das análises, cálculos e informações apresentadas, respondendo por eventuais erros, inconsistências ou omissões que impactem os resultados apurados.

2.3 Eventuais inconsistências identificadas na execução dos serviços deverão ser sanadas pela contratada no prazo estabelecido pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração, sob pena de não reconhecimento do resultado para fins de pagamento.

2.4 A contratada deverá disponibilizar à Administração os relatórios, demonstrativos, memórias de cálculo e demais informações produzidas durante a execução dos serviços, em formato que permita consulta, acompanhamento, conferência e validação dos resultados apresentados.

2.5 Serviços Técnicos Complementares

A contratada deverá prestar serviços técnicos complementares necessários à adequada execução do objeto, sem custos adicionais à Administração, incluindo:

a) **Capacitação e orientação técnica:**





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Transferência de conhecimento às equipes da Administração quanto à análise dos dados, interpretação dos relatórios e utilização das informações produzidas, podendo ocorrer por meio de reuniões técnicas, treinamentos ou orientações operacionais.

b) Apoio técnico especializado:

Suporte técnico à Administração para esclarecimentos acerca dos relatórios, análises e documentos apresentados, inclusive para subsidiar procedimentos administrativos e eventual atuação junto à Receita Federal do Brasil.

c) Apoio na estruturação de informações para recuperação de créditos tributários com ingresso financeiro:

Organização e sistematização das informações necessárias à recuperação de créditos tributários, com vistas ao ingresso de valores nos cofres públicos, sem a prática de atos privativos de advocacia ou de representação perante órgãos externos.

d) Apoio técnico na interpretação da legislação tributária:

Prestação de suporte quanto à interpretação da legislação aplicável, aos fundamentos técnicos e aos critérios utilizados na apuração dos créditos, bem como apoio à elaboração de documentos técnicos.

e) Elaboração de documentos técnicos:

Produção de relatórios, demonstrativos e minutas técnicas destinadas a subsidiar a atuação administrativa e judicial do Município, especialmente da Procuradoria Geral do Município.

f) Atualização técnica:

Adequação dos serviços às alterações legislativas e normativas que impactem a apuração dos créditos tributários durante a execução contratual.

2.6 O objeto do presente Contrato, se estiver de acordo com as especificações do Edital, será recebido, conforme art. 80, I, 'b', e II, 'b', do Decreto Municipal nº 21.500/2023:

I- em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
- b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II- em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, em até 5 (cinco) dias da efetiva entrega do objeto;
- b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 10 (dez) dias da efetiva entrega do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O preço para o presente ajuste é de R\$ _____, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 05.005.04.122.0223.2.030.3.3.90.39.

4.2 As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026.

4.2.1 Após a aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, as adequações orçamentárias necessárias ao cumprimento do Contrato, bem como as dotações orçamentárias relativas aos exercícios financeiros subsequentes, serão vinculadas a este instrumento mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado exclusivamente mediante sucesso, condicionado ao reconhecimento dos créditos e ao efetivo ingresso dos valores nos cofres públicos.

5.1.1 Considera-se sucesso contratual a efetiva recuperação de créditos tributários decorrente diretamente dos trabalhos realizados pela contratada, devidamente comprovada e validada pela Administração.

5.1.2 O pagamento estará condicionado, cumulativamente:

- a) A comprovação do nexo entre os créditos recuperados e os serviços executados pela contratada, incluindo memória de cálculo e identificação das bases utilizadas;
- b) a validação técnica dos valores apurados pela Administração;
- c) ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres públicos.

5.2 A recuperação dos créditos estará limitada aos valores não atingidos pela prescrição, conforme legislação vigente.

5.3 Não será devido qualquer pagamento por valores cuja recuperação decorra de iniciativa própria da Administração ou de terceiros, sem vínculo direto com os serviços prestados pela contratada.

5.4 Vedado o pagamento por atividades preparatórias, estudos ou levantamentos que não resultem em efetiva recuperação de créditos.

5.5 A remuneração será devida pelos créditos identificados e demonstrados nos relatórios e minutas entregues pela contratada durante a vigência contratual, desde que comprovado o nexo direto com os serviços executados e que a efetiva recuperação dos valores ocorra dentro do período de vigência do contrato.

5.6 Tal previsão decorre da natureza dos serviços prestados, que envolvem a elaboração de subsídios técnicos e minutas para instrução de medidas administrativas e judiciais a serem conduzidas pela Administração, cujo trâmite pode se estender no tempo, não coincidindo, necessariamente, com a fase de execução dos serviços.

5.7 Assim, a remuneração está vinculada ao resultado efetivamente alcançado a partir dos serviços executados, condicionada ao efetivo ingresso dos valores nos cofres públicos durante a vigência contratual.

5.8 Não será devida remuneração sobre valores decorrentes de novas análises, revisões ou levantamentos realizados posteriormente pela Administração ou por terceiros que não estejam compreendidos no escopo dos serviços executados pela contratada.

5.9 Considera-se devido o pagamento apenas quando comprovado o nexo direto entre os valores recuperados e os serviços efetivamente executados pela contratada durante a vigência contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, EFICÁCIA E PRORROGAÇÃO

6.1 O prazo de vigência deste Contrato será de **60 (sessenta) meses**, contados da data divulgação do mesmo no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

6.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por interesse das partes, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja efetivado antes do término da respectiva vigência, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

6.2.1 A prorrogação de que trata o item acima é condicionado ao ateste, pela área demandante, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

6.3 Conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA terá o prazo máximo de até **05 (cinco) dias** para assinar o Contrato, nas condições estabelecidas no Edital de Licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções legalmente previstas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

8.1 Não há previsão.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos.

9.1.2 Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

9.1.3 Fornecer à contratada as informações, dados e documentos necessários à execução dos serviços;

9.1.4 Proporcionar as condições necessárias à disponibilização e transmissão de dados necessários à execução dos serviços.

9.1.5 Comunicar formalmente à CONTRATADA sobre quaisquer inconsistências verificadas na execução dos serviços;

9.1.6 Aplicar as penalidades previstas em lei e no contrato, quando caracterizado descumprimento contratual;

9.1.7 Decidir sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual no prazo de até 30 (trinta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes nesse Termo assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1 Executar os serviços técnicos conforme o Termo de Referência e proposta apresentada;

10.1.2 Realizar a apuração, revisão e identificação dos créditos de IRRF;

10.1.3 Elaborar relatórios técnicos com memória de cálculo e fundamentação legal;

10.1.4 Disponibilizar subsídios técnicos para atuação administrativa e judicial do Município;

10.1.5 Elaborar minutas técnicas destinadas a subsidiar eventual atuação judicial da Procuradoria Geral do Município, vedada a prática de atos privativos de advocacia;

10.1.6 Utilizar, quando necessário, ferramenta de apoio à execução dos serviços;

10.1.7 Assumir exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do objeto, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, civil ou penal, inexistindo solidariedade do Município quanto a tais encargos;

10.1.8 Responder por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de falhas, irregularidades ou erros na execução dos serviços;

10.1.9 Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

10.1.10 Cumprir a legislação vigente aplicável, inclusive quanto às normas relativas à proteção de dados e segurança da informação;

10.1.11 Garantir a exatidão e confiabilidade das informações, cálculos e relatórios apresentados, responsabilizando-se integralmente por eventuais inconsistências que venham a comprometer a apuração dos créditos tributários.





CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1 As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 e o Decreto Municipal nº 20.533/2022, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios, aplicados na legislação citada.

11.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FISCALIZAÇÃO

12.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e a Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas designadas a partir de Ordem de Serviço, publicada em Diário Oficial do Município, emitida após a assinatura deste termo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.1.1 Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; e
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

13.1.2 Multa Compensatória

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

13.1.2.1 De 2% (dois) por cento a 10% (dez) por cento sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

- a) em caso de recusa do adjudicatário em assinar os contratos derivados de ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido; e
- b) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

13.1.2.2 De 11% (onze) por cento a 20% (vinte) por cento sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato.

13.1.2.3 De 21% (vinte e um) por cento a 30% (trinta) por cento sobre o valor contratado, em caso de:





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e do contrato;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; e
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

13.1.3 Multa moratória

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos) por cento por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta) por cento do valor contratado. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade;
- b) descontado do valor da garantia prestada;
- c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis; e
- d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

13.1.4 Impedimento de licitar e contratar

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

13.1.4.1 Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; e
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.1.4.2 Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.

- a) não celebrar o contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

13.1.4.3 Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.

- a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado; e
- b) dar causa à inexecução total do Contrato.

13.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas seguintes hipóteses, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2 Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 que a CONTRATADA está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mencionado decreto.

13.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto nº 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

13.3.1 Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1 A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá se dar entre prepostos ou diretamente.

14.2 Aos prepostos do CONTRATANTE caberá, inclusive, fiscalizar a execução do contrato.

14.3 Os empregados da CONTRATADA somente obedecerão a ordens e orientações emanados dos mesmos.

14.4 Da fraude e da corrupção:

14.4.1 Os licitantes devem observar e a CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Contrato; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

I - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

II - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do Contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente.

15.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma lei:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.3 A rescisão deste Contrato implicará retenção de crédito decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, bem como na assunção dos serviços pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO E DO OBJETO

16.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023.

18.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

18.3 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto Federal nº 7.724/2012.

19.2 O extrato do Contrato será publicado no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste Contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato,





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

20.2 Fica eleito o foro da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ponta Grossa, ____ de 2026.

CONTRATADA

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

TESTEMUNHAS:

